

## QUESTÃO DISCURSIVA – ESPELHO DE CORREÇÃO

### CARGO

FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS (FTE)

### DIREITO CONSTITUCIONAL

## Questão Discursiva 1

Maria, Deputada Federal pelo Partido Político *Alfa*, almejava apresentar uma emenda individual impositiva ao projeto de lei orçamentária anual encaminhado ao Poder Legislativo pelo Presidente da República. O objetivo da emenda era o de alocar recursos ao Município *Alfa*, no qual Maria tinha sua base eleitoral e junto à qual assumira o compromisso de buscar o direcionamento de recursos públicos para o aprimoramento dos serviços públicos prestados à população. Por essa razão, solicitou que sua assessoria indicasse os traços fundamentais dos dois meios passíveis de serem utilizados para a efetivação da referida alocação, de modo a identificar aquele que lhe permitiria vincular os recursos à programação estabelecida na própria emenda.

O candidato deve exarar a manifestação solicitada por Maria.

### DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	Os dois meios passíveis de serem utilizados são a transferência especial e a transferência com finalidade definida.	0,0 – 3,0 – 6,0
2	A transferência especial é caracterizada pelo repasse dos recursos diretamente ao ente beneficiado, o que se dá independentemente da celebração de convênio ou de outro instrumento congênere;	0,0 – 2,0 – 4,0
2.1	sendo que os recursos pertencerão ao ente federado no ato da transferência financeira,	0,0 – 2,0 – 4,0
2.2	devendo ser aplicados em programações financeiras da área de competência do Poder Executivo do ente beneficiado,	0,0 – 2,0 – 4,0
2.3	observada a necessidade de se aplicar um percentual mínimo em despesas de capital,	0,0 – 2,0 – 4,0
3	A transferência com finalidade definida é caracterizada pela vinculação dos recursos à programação estabelecida na emenda parlamentar,	0,0 – 2,0 – 4,0
3.1	e devem ser aplicados nas áreas de competência constitucional da União.	0,0 – 2,0 – 4,0
*	A nota será prejudicada proporcionalmente caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações, e/ou colagem de textos e/ou de questões apresentadas na prova (item 9.21 do Edital).	

### CARGO

### FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS (FTE)

### DIREITO TRIBUTÁRIO

## Questão Discursiva 2

No ano de 2022, o Governador do Estado *Beta* desejava conceder isenção de ICMS referente à aquisição de automóveis destinados ao uso profissional de taxistas. Por isso, determinou ao Secretário Estadual de Fazenda que levasse o pleito ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), para deliberação e obtenção de autorização prévia para tal concessão.

O pleito foi atendido e, em razão disto, o Governador, com base neste Convênio autorizativo do CONFAZ e a devida estimativa de impacto orçamentário e financeiro, bem como obediência às demais normas de direito financeiro, editou Decreto em junho de 2022 ratificando a autorização do CONFAZ e internalizando o Convênio para conceder o referido benefício.

Por sua vez, a Assembleia Legislativa do Estado *Beta* aprovou projeto de lei de iniciativa do Governador que tratava do novo plano de carreira dos fiscais tributários estaduais e que, em um de seus artigos, concedia também isenção de IPVA aos taxistas atuantes em todo o território estadual. Tal concessão de isenção também foi devidamente acompanhada da estimativa de impacto orçamentário e financeiro e obediência às demais normas de direito financeiro pertinentes.

O projeto tinha a previsão de que a nova norma produziria seus efeitos apenas 30 dias após a publicação da lei, tendo sido sancionado pelo Governador sem qualquer veto e publicado em agosto de 2022.

Diante desse cenário, responda aos itens a seguir.

- Está correta tal concessão de isenção de ICMS referente à aquisição de automóveis destinados ao uso profissional de taxistas? Justifique com base em fundamentos tributários.
- Está correta tal concessão de isenção de IPVA aos taxistas atuantes em todo o território estadual? Justifique com base em fundamentos tributários.
- Leis tributárias concessivas de isenção podem determinar sua produção de efeitos apenas 30 dias após a sua publicação? Justifique com base em fundamentos tributários.

*Obs.: Como não é permitida a consulta a texto legal ou jurisprudencial, a indicação do número do dispositivo legal ou de decisão judicial em que se baseia a resposta é optativa, não sendo necessária para obtenção da pontuação integral.*

### DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
<b>A</b>	Não. É inconstitucional a concessão de isenção por Decreto, uma vez que isenções de tributo somente podem ser concedidas mediante lei propriamente dita (5,0). O Convênio do CONFAZ, sendo mera autorização prévia, não supre a necessidade de posterior lei local efetivamente concedendo a isenção (5,0).	0,0 – 5,0 – 10,0
<b>B</b>	Não. É inconstitucional a concessão de isenção em lei que não configure lei específica estadual que 1) regule exclusivamente a isenção (5,0) ou 2) regule o correspondente tributo (5,0).	0,0 – 5,0 – 10,0
<b>C</b>	Sim. Somente se aplica o princípio da anterioridade tributária quando há instituição ou majoração de tributos (5,0). Sendo a concessão de isenção situação mais benéfica ao sujeito passivo tributário, podem as leis de isenção produzir efeitos em prazo mais célere (5,0).	0,0 – 5,0 – 10,0